**POSSIBILIDADE DE ECONOMIA FISCAL EM TEMPOS DE CRISE: A LIMITAÇÃO DA
BASE DE CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS A TERCEIROS EM 20
SALÁRIOS-MÍNIMOS**

Por Raphael Silva

Não há dúvidas de que a pandemia causada pelo COVID-19 vem causando relevantes impactos na economia global, incluindo o Brasil. Neste contexto, importante que os gestores reavaliem as projeções e cenários econômicos futuros com o objetivo de optarem por práticas tributárias que conduzam a melhor eficiência financeira.

Muito em função da ausência de caixa e capital de giro decorrentes dessa crise econômica, muitas empresas têm questionado, perante o Poder Judiciário, a possibilidade de recolhimento das contribuições destinadas a terceiros com a limitação, em relação à totalidade da sua folha de pagamento, da base de cálculo em 20 (vinte) salários-mínimos.

Afinal, esta forma de recolhimento traria ao contribuinte (principalmente aqueles com maior folha de pagamento) mais tranquilidade financeira para enfrentar momento no qual seu faturamento tem sido drasticamente reduzido.

A tese que visa à restrição da base de cálculo das contribuições parafiscais recolhidas a terceiros passou a ganhar força no meio empresarial quando da publicação do acórdão proferido pela 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça no Agravo Interno em Recurso Especial nº 1.570.980¹.

Nesse precedente foi reconhecida a limitação da base de cálculo das contribuições parafiscais cobradas sobre a folha de salários a 20 (vinte) salários-mínimos, nos

¹ Cf.: STJ, AgInt no REsp nº 1.570.980/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, 1ª Turma, DJ 03.03.2020.

termos do artigo 4º, parágrafo único, da Lei nº 6.950/1981, ainda vigente apesar de sucessivas alterações legislativas².

Vale mencionar, todavia, que há um ponto controvertido não enfrentado pelo STJ, no julgado em análise: se o limite se aplicaria para o salário de contribuição de cada empregado individualmente ou para o total da folha de salários de cada estabelecimento. Entende-se que há bons argumentos para se defender que a base de incidência do limite deve corresponder ao total da folha de salários de cada estabelecimento.

Isso porque, não obstante o art. 4º, *caput*, da Lei nº 6.950/1981 fazer referência expressa a salário de contribuição (em um contexto que trata da contribuição previdenciária devida pelo segurado empregado), as contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros ficam a cargo exclusivamente do empregador. Assim, o limite para tais contribuições deve se aplicar à base da incidência da contribuição por ele devida no respectivo período de apuração, que é a folha de salários (total das remunerações).

Ocorre que, mais recentemente, a 1ª Seção do STJ afetou tal tema para julgamento sob a sistemática repetitiva de recursos, bem como determinou a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem acerca da questão. A decisão se deu nos Recursos Especiais nºs 1.898.532/CE e 1.905.870/PR.

Trata-se, pois, de tema com relevante impacto econômico para as empresas, podendo haver, inclusive, a redução de até 5,8% da folha salarial, a título de contribuições destinadas às entidades do Sistema S (“Terceiros”). Para melhor compreensão, tem-se que a alíquota de 5,8% deverá incidir sobre o teto máximo. Veja-se o exemplo de empresa hipotética com folha de pagamento no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais):

² BRASIL. **Lei nº 6.950, de 04 de novembro de 1981**. Altera a Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, fixa novo limite máximo do salário-de-contribuição previsto na Lei nº 6.332, de 18 de maio de 1976, e dá outras providências. Acesso: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6950.htm>. Acessado em: 04.01.2021.

<ul style="list-style-type: none">• R\$ 200.000,00 x 5,8% = R\$ 11.600,00 (contribuição mensal)
<ul style="list-style-type: none">• Teto definido pelo STJ = R\$ 1.220,00 (mensais)
<ul style="list-style-type: none">• Economia tributária mensal: R\$ 11.600,00 - R\$ 1.220,00 = R\$ 10.380,00

Considerando que essa diferença de R\$ 10.380,00 também seria referente a períodos anteriores, configurar-se-ia crédito passível de recuperação. Considerando os últimos 05 (cinco) anos (ou 60 meses), chega-se, portanto, ao crédito originário de R\$ 622.800,00:

<ul style="list-style-type: none">• R\$ 10.380,00 x 60 (meses) = R\$ 622.800,00 (valor sem correção da Selic)

Dessa forma, recomendamos o ajuizamento de medida judicial para os contribuintes que ainda não possuem qualquer salvaguarda do Poder Judiciário para tal desoneração, versando, inclusive, sobre a recuperação do que foi pago a maior nos últimos 05 (cinco) anos.

Nossa equipe está à disposição para maiores esclarecimentos e orientações.